

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ

**Pregão Presencial número 080/2019
(Processo licitatório 146/2019)**

ECS EMPRESA DE COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA

LTDA., sociedade empresária limitada com sede e foro na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, onde tem endereço social na Avenida Governador Agamenon Magalhães, número 2.375, 1º andar, no bairro de Santo Amaro (CEP.: 50.100-010), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob número 00.405.867/0001-27, neste ato representada por sua sócia e administradora, **JOANA FIUZA DE ARAUJO SANTANA**, brasileira, casada, advogada, residente e domiciliada na cidade do Recife, capital deste Estado de Pernambuco, onde tem endereço à Rua Arthur Muniz, número 147, apartamento 501, no bairro de Boa Viagem (CEP.: 51.020-050), portador da Cédula de Identidade número 7.751.577 (SDS/PE) e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob número 088.619.264-10, vem, perante Vossa Senhoria, com base no artigo 4º, XVIII, da Lei 10.520/2002, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra o *Decisum* que, no bojo do procedimento licitatório acima referenciado, entendeu por bem declarar classificadas em primeiro, segundo e terceiro lugares as sociedades empresárias Trace Tecnologia e Gestão de Frota Ltda. (CNPJ/MF 12.343.007/0001-95), Medianeiro Instalações Eirelli ME (CNPJ/MF 17.523.892/0001-08) e INVIOCAR Segurança de Veículos LTDA (CNPJ/MF 14.567.714/0001-90), o que faz com base nos fatos e fundamentos jurídicos a seguir aduzidos:

I - RESUMO DOS FATOS

1. A ora recorrente é uma sociedade empresária que se dedica, dentre outros objetos, à comercialização, instalação, manutenção, locação e monitoração de sistema de rastreamento de veículos, estando no mercado de rastreamento nacional há vários anos, conforme se infere do seu contrato social já anexado aos autos.
2. Sempre prestando seus serviços com um padrão elevado de qualidade, atendendo devidamente aos seus contratantes com presteza, a ora recorrente constitui licitante séria, reconhecida por seus trabalhos na área de telecomunicação em geral, tanto no que se refere à qualidade dos seus produtos, quanto pela sua competitividade comercial.
3. Nessa condição, a ora recorrente preparou sua documentação e proposta, em total conformidade com as exigências do instrumento convocatório, no escopo de fornecer os produtos e prestar os serviços solicitados por intermédio do Edital do Pregão Presencial número 080/2019 desse município de Xanxerê (processo licitatório número 146/2019).
4. O objeto do aludido certame consiste na “Contratação de empresa especializada para Prestação de serviços de locação e implantação de sistema de rastreamento e monitoramento de veículos via satélite por gps/gsm/gprs, gerenciamento com acesso via web, incluindo o fornecimento de equipamentos via comodato, componentes e licenças de uso de software, instalação, configuração, capacitação e suporte técnico, garantia de funcionamento e certificação da Anatel, para a gestão de frotas da Secretaria Municipal de Saúde, na quantidade de até 30 veículos, conforme especificações descritas no Edital e seus anexos”.
5. Ultimados os atos processuais segundo a cronologia prevista no instrumento convocatório, o Senhor Pregoeiro entendeu por bem declarar classificadas em primeiro, segundo e terceiro lugares as sociedades empresárias Trace Tecnologia e Gestão de Frota Ltda. (CNPJ/MF 12.343.007/0001-95), Medianeiro Instalações Eirelli ME (CNPJ/MF 17.523.892/0001-08) e e INVIOCAR Segurança de Veículos LTDA (CNPJ/MF 14.567.714/0001-90).

6. A decisão da autoridade administrativa responsável pela condução dos trabalhos ignorou, todavia, que os equipamentos contemplados nas propostas das licitantes classificadas em primeiro e segundo lugares são incompatíveis com as especificações contidas no instrumento convocatório.

7. Daí a razão pela qual se interpõe o presente recurso administrativo.

II - DO MÉRITO RECURSAL

8. Conforme brevemente exposto, a decisão ora combatida – que declarou classificadas em primeiro, segundo e terceiro lugares as sociedades empresárias Trace Tecnologia e Gestão de Frota Ltda. (CNPJ/MF 12.343.007/0001-95), Medianeiro Instalações Eirelli ME (CNPJ/MF 17.523.892/0001-08) e INVIOCAR Segurança de Veículos LTDA (CNPJ/MF 14.567.714/0001-90) – não resiste, todavia, a uma análise perfunctória.

9. Primeiramente, porque o equipamento contemplado na proposta apresentada pela sociedade empresária Trace Tecnologia e Gestão de Frota Ltda. (CNPJ/MF 12.343.007/0001-95) (modelo iTR155) é incompatível com as especificações contidas no instrumento convocatório.

10. A incompatibilidade acima denunciada decorre do não atendimento ao disposto no anexo II do instrumento convocatório, especialmente nas seguintes passagens:

- (a) características gerais do rastreador - “memória de posições com capacidade mínima de 10.000 na memória interna”; e
- (b) recurso do hardware - “possibilidade de controlar remotamente pela central de monitoramento o estado das saídas/entradas e configurar informações que serão transmitidas”.

11. Ocorre que, consoante se verifica do manual em anexo

(3)

(**doc. 01, extraído do site da ANATEL**), o equipamento contemplado na proposta da sociedade empresária Trace Tecnologia e Gestão de Frota Ltda. (CNPJ/MF 12.343.007/0001-95) (modelo iTR155) possui:

- (a) apenas uma entrada e uma saída (o edital pede saídas/entradas – no plural) (**vide página 05**); e
- (b) a capacidade de recarga de posições do rastreador é de apenas 2.000 (duas mil) posições (**vide página 06**).

12. Afigura-se evidente, assim, que o equipamento apresentado pela sociedade empresária Trace Tecnologia e Gestão de Frota Ltda. (CNPJ/MF 12.343.007/0001-95) (modelo iTR155) **não** está em harmonia com o disposto no instrumento convocatório.

13. Mas não é só!

14. O equipamento inserto na proposta apresentada pela segunda colocada no certame, isto é, a sociedade empresária Medianeiro Instalações Eirelli ME (CNPJ/MF 17.523.892/0001-08), também não se encontra em harmonia com as especificações contidas no instrumento convocatório, porquanto possui apenas 9.000 (nove mil) posições na memória interna, enquanto o edital exige, conforme já demonstrado, um mínimo de 10.000 (dez mil) posições de memória.

15. Quanto a terceira colocada, INVIOCAR Segurança de Veículos TODA (CNPJ/MP 14.567.714/0001-90) a mesma NÃO informou MARCA dos equipamentos em sua proposta de preços, conforme solicitado em edital, subitem 8.1.5.

16. A decisão da autoridade administrativa responsável pela condução dos trabalhos ignorou, todavia, a mencionada questão, sendo, conseqüentemente, ilegal e arbitrária, materializando grave e literal violação aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da ampla competição e da supremacia do interesse público.

17. Houve, pois, flagrante desrespeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório no caso concreto, na contramão do que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei 8.666/1993:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impeccabilidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

***Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:
[...]***

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor.

18. Em se tratando de norma constante de Edital, deve haver vinculação ao instrumento convocatório, sob pena de afronta ao próprio princípio da segurança jurídica. Do contrário, seriam permitidas inúmeras alterações dos critérios de julgamento e da própria execução de seu objeto, perpetuando-se total insegurança de seus termos.

19. Sobre o tema, traz-se à colação os seguintes precedentes do Tribunal de Contas da União:

Abstenha-se de aceitar propostas de bens com características diferentes das especificadas em edital, em respeito ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, consoante o art. 3º da Lei nº 8.666/1993 (Acórdão 1932/2009 Plenário).

Observe que o instrumento de contrato vincula-se aos termos da licitação, conforme disposto no art. 54, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, não podendo acrescentar direitos ou obrigações não previstos no instrumento convocatório (Acórdão 1705/2003 Plenário).

Observe a obrigatoriedade de vinculação entre o edital e o contrato prevista no art. 41 da Lei nº 8.666/1993 (Acórdão 392/2002 Plenário).

Abstenha-se de modificar, mediante tratativas com as empresas participantes do certame, a natureza e as características do objeto licitado, em atendimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, estabelecido no art. 3º da Lei nº 8.666/1993 (Decisão 168/1995 Plenário).

20. Ora, as considerações acima expostas ultrapassam o interesse exclusivo da ora recorrente na licitação em questão para chegar aos patamares do interesse público, o qual foi severamente vilipendiado no caso concreto.

21. Impende, pois, seja dado provimento ao presente recurso. É o que se requer.

III - DA CONCLUSÃO E DOS REQUERIMENTOS FINAIS

22. Em face do exposto, impende seja dado **PROVIMENTO** ao presente recurso administrativo, para:

- (a) suspender o processo licitatório inaugurado pelo Edital do Pregão Eletrônico número 080/2019 desse município de Xanxerê;
- (b) desclassificar as sociedades empresárias Trace Tecnologia e Gestão de Frota Ltda. (CNPJ/MF 12.343.007/0001-95), Medianeiro Instalações Eirelli ME (CNPJ/MF 17.523.892/0001-08) e INVIOCAR Segurança de Veículos LTDA (CNPJ/MF 14.567.714/0001-90) , no procedimento licitatório em destaque, em razão dos motivos de fato e de direito trazidos a lume, notadamente em razão dos equipamentos por elas apresentados se encontrarem em desconformidade com as exigências contidas no instrumento convocatório;
- (c) como consequência lógica da providência constante dos itens anteriores, assegurar à sociedade empresária classificada na posição seguinte no certame a oportunidade de adjudicar o objeto licitado; e
- (d) em caso de negativa de provimento do presente recurso – o que se admite como mera hipótese –, pronunciar-se expressamente sobre os temas suscitados, de modo a possibilitar ao Poder Judiciário o controle do processo administrativo no bojo da ação judicial que será intentada pela ora recorrente.

PEDE DEFERIMENTO

Recife para Xanxerê, 13 de setembro de 2019

JOANA FIUZA DE ARAUJO SANTANA
p/ ECS EMPRESA DE COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA LTDA.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/11DA-8DC3-B5B5-7217> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 11DA-8DC3-B5B5-7217



Hash do Documento

9468A14306163040CF22E481F09E61E11D9EAE4EAE01F400C01600C339E579C5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/09/2019 é(são) :

☒ Joana Fiuza De Araujo Santana (Signatário) - 088.619.264-10 em
13/09/2019 15:28 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

